

Varia

Enunciados definitórios e a disputa na arena midiática: o discurso jornalístico digital alternativo como resistência

Alexandre Sebastião Ferrari Soares¹ 

Bethânia Mariani
Editora-chefe dos
Estudos de Linguística

Disponibilidade de dados e material:

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

RESUMO

Este artigo analisa, a partir da análise do discurso materialista, os enunciados definitórios presentes na apresentação institucional de dois jornais – o Estadão e o Intercept Brasil – com o objetivo de compreender os modos como esses meios de comunicação se inscrevem na disputa simbólica por legitimidade no campo midiático. No caso do jornal Estado de São Paulo (Estadão), observa-se a mobilização de uma memória política estabilizada que projeta efeitos de transparência e neutralidade, apagando as marcas de sua própria posição enunciativa. Já o Intercept Brasil assume um lugar de enunciação marcado pela memória de enfrentamento e por condições de produção que favorecem a circulação de sentidos interditados pela mídia tradicional. O trabalho propõe que os enunciados definitórios, ao dizerem o que um jornal “é”, “faz” ou “defende”, participam de um processo de fixação de sentidos e de delimitação do que pode ou não ser dito no espaço público. Ao contrário do gesto de esclarecimento que aparentam ser, esses enunciados operam como gestos de regulação simbólica que inscrevem as disputas ideológicas nas formas de dizer do jornalismo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: *discurso jornalístico alternativo e digital; enunciados definitórios; análise do discurso materialista; mídia hegemônica.*

Recebido em: 11/10/2025

Aceito em: 24/03/2026

¹Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, PR, Brasil.
E-mail: asferraris1901@gmail.com

Como citar:

SOARES, Alexandre Sebastião Ferrari. Enunciados definitórios e a disputa na arena midiática: o discurso jornalístico digital alternativo como resistência. *Gragoatá*, Niterói, v. 31, n. 70, e69505, maio-ago. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v31i70.69505.pt>

Introdução

O discurso, tal como compreendido pela análise do discurso materialista, não se reduz à ideia de transmissão de informações. Ele é um espaço de materialização ideológica, de constituição dos sujeitos e de produção de sentidos inscritos em condições históricas determinadas. Nessa perspectiva, o discurso é constituído por filiações, silenciamentos e regularidades que organizam o que pode ser dito e por quem pode dizer. A análise discursiva visa compreender como os enunciados se organizam na relação entre o intradiscurso¹ e o interdiscurso², ativando memórias, reinscrevendo sentidos e convocando sujeitos. É nesse funcionamento que o discurso jornalístico ganha relevância: mais do que relatar fatos, ele institui o presente como campo simbólico a partir de suas filiações discursiva e ideológicas.

O discurso jornalístico hegemônico, de uma forma geral, e aqui representado pelo jornal *Estado de São Paulo*, se sustenta na promessa de transparência e objetividade, apagando sua própria posição de enunciação e se legitimando como mediador entre a realidade e o seu público leitor. Esse apagamento, como observa Mariani (1998, 2006), produz efeitos que naturalizam determinadas interpretações, desautorizando outras e significando o presente pelo seu gesto de interpretação.

O jornalismo alternativo digital, por sua vez, também de uma forma geral, tensiona essa posição ao deslocar o eixo da enunciação para lugares marcados pelo dissenso, pela memória de enfrentamento e pela interpelação de sujeitos historicamente excluídos. O *Intercept Brasil*, corpus deste artigo, ao afirmar-se como aquele que produz um “jornalismo livre: sem anúncios, sem filtros de leitura, sem dinheiro de políticos ou empresas”, inscreve-se em uma formação discursiva que se opõe ao imaginário (deste meio de comunicação em relação ao jornalismo hegemônico) de legitimidade e visibilidade, ao convocar o leitor à participação ética, política e simbólica. O *Estadão*, a partir do que diz do seu funcionamento, coloca em circulação enunciados que dizem de si a partir do que aqui exploramos como enunciados definitórios.

Sobre imaginário, Pêcheux (1993) nos diz que a formação imaginária designa o conjunto de representações que intervêm na relação entre os sujeitos e seus lugares no discurso. Ao falar, o sujeito não se dirige ao outro tal como ele é, mas à imagem que faz desse outro; do mesmo modo, também se representa a si mesmo a partir da posição que ocupa em determinada formação discursiva. Essas imagens determinam quem pode dizer, o que pode ser dito e de que modo pode ser dito. Neste artigo, ao mencionar o imaginário, refiro-me ao conceito de formação imaginária formulado por Pêcheux (1993).

Este artigo analisa, à luz da análise do discurso materialista, o funcionamento discursivo do jornalismo alternativo digital praticado pelo *Intercept Brasil*, com base nos enunciados presentes na abertura do site. O objetivo é compreender como esse discurso se posiciona em

¹O interdiscurso compreende o conjunto das **formações discursivas** e se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que trabalha com a re-significação do **sujeito** sobre o que já foi dito, o repetível, determinando os deslocamentos promovidos pelo sujeito nas fronteiras de uma formação discursiva. O interdiscurso determina materialmente o efeito de encadeamento e articulação de tal modo que aparece como o puro “já dito” (Glossário de Termos do Discurso, 2001, p. 18, aspas e negritos no glossário).

²Intradiscurso é o simulacro material do **interdiscurso**, na medida em que fornece-impõe a “realidade” ao sujeito, matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante numa determinada **formação discursiva** que o assujeita. Ao pensarmos o discurso como uma teia a ser tecida podemos dizer que o intradiscurso é o “fio do discurso” de um sujeito (Glossário de Termos do Discurso, 2001, p. 19, aspas e negritos no glossário).

confronto com o jornalismo hegemônico, produzindo deslocamentos na constituição dos sentidos. Interessa-nos observar como, nesse funcionamento, se reinscrevem memórias, se instituem outras formas de visibilidade e se interpela o sujeito-leitor como agente da circulação do que foi interditado. O jornalismo alternativo, assim, será interrogado não apenas como outra forma de dizer o presente, mas como um modo de funcionamento que reorganiza e disputa o direito de enunciar.

Sobre o jornalismo alternativo digital

O jornalismo alternativo e digital funciona como forma de enfrentamento às lógicas de circulação que estão presentes nos grandes meios de comunicação. Vinculado a condições enunciativas específicas, ele afirma uma relação com o dizer marcada por implicação política e crítica das formas de silenciamento que atuam sobre determinados acontecimentos e sujeitos. Ao afirmar-se como “jornalismo livre”, como faz o *Intercept Brasil*, o enunciador assume publicamente sua posição, sinalizando um deslocamento em relação aos modos instituídos de produção de sentido.

Esse modo de funcionamento se materializa na convocação do leitor para um lugar de coimplicação com os enunciados, abrindo espaço para a mobilização de memórias e sentidos historicamente interditados. Os temas abordados, as formas de nomeação e os modos de endereçamento acionam uma política de leitura que exige engajamento e desloca os critérios hegemônicos de relevância. A abertura de escuta para o dissenso e a explicitação dos lugares de enunciação mobilizam outras relações com o presente e com os modos de dizer sobre ele.

O jornalismo alternativo digital emerge como uma prática discursiva que **tensiona o monopólio da enunciação historicamente consolidado pelos grandes grupos de mídia**, os quais, sob a aparência de neutralidade e objetividade, ocupam lugares de autoridade na administração dos sentidos sobre o que é público, relevante e verdadeiro (Soares, 2025, p. 2, negritos meus).

O jornalismo alternativo digital formula outras condições de visibilidade para o que permanece ausente nos/dos registros dominantes. As escolhas editoriais, a recusa ao financiamento empresarial e a aposta em regimes de leitura não mediados por filtros econômicos ou políticos constituem um espaço onde o público é interpelado de modo distinto. Nessa relação, os sentidos não se apresentam como dados, mas como efeitos de um trabalho de enunciação atravessado pela memória, pela ideologia e pela disputa.

Ao agir sobre o presente com essa configuração, o jornalismo alternativo cria condições para que o dizer se abra àquilo que resiste às regularizações do discurso dominante. As marcas de enunciação são mantidas visíveis, os conflitos não são apagados, e os sentidos postos em circulação operam como possibilidades de inscrição do que foi

interditado. Essa forma de jornalismo afirma-se como espaço de tensão e de produção de leitura outra, convocando o sujeito-leitor a implicar-se.

O discurso jornalístico alternativo e digital, tal como o compreendo neste trabalho, **não se define apenas por sua circulação fora dos grandes conglomerados de mídia**, mas por seu funcionamento discursivo que **tensiona o regime hegemônico de produção dos sentidos sobre o presente**. Sua alternância em relação ao discurso jornalístico tradicional não está no formato ou no suporte, mas **na maneira como se produz como dizer atravessado por outras memórias**, outras filiações ideológicas e por um modo de interpelação que rompe, como efeitos de sentidos, com a lógica da neutralidade e da transparência (Soares, 2025, p. 5, negritos meus).

O discurso jornalístico alternativo e digital não deve ser compreendido apenas a partir de sua localização institucional ou da ausência de vínculos com conglomerados midiáticos, mas, sobretudo, por seu funcionamento enquanto discurso — ou seja, pela forma como tensiona os modos hegemônicos de significação. Ao se distanciar do discurso tradicional, o jornalismo alternativo não o faz por meio de mudanças formais ou tecnológicas, mas pelo deslocamento das condições de produção dos sentidos que o constitui. Isso significa que ele se produz como outro dizer, no qual memórias silenciadas e filiações ideológicas não legitimadas encontram espaço de inscrição.

As vozes silenciadas e represadas no interdiscurso, nas duas modalidades anteriormente examinadas, **encontram no jornalismo alternativo condições de produção favoráveis para fazer circular suas tomadas de posição** e, deste modo, **os sentidos silenciados pelas mídias tradicionais**, por serem incompatíveis com os saberes de sua formação discursiva, **retornam e encontram seu espaço de inscrição nas mídias eletrônicas** (Indursky, 2017, p. 83, negritos meus).

Este jornalismo se constitui por meio de enunciados que deslocam as formas hegemônicas de interpelação. Nessa relação com o dizer, o sujeito-leitor é convocado a assumir uma posição implicada, marcada por outras memórias e filiações. A disputa pelo presente se dá na maneira como determinados sentidos são postos em circulação, interferindo nas fronteiras do que pode ser legitimado como partilhável. Ao inscrever suas marcas e tomar posição, esse jornalismo afirma a linguagem como lugar atravessado pela história e pela ideologia, solicitando do leitor uma leitura crítica que resiste às formas de homogeneização.

Sobre a grande mídia

A chamada grande mídia não se define apenas por critérios quantitativos, como seu alcance, número de leitores ou recursos financeiros. O que a caracteriza, fundamentalmente, é o lugar enunciativo que ocupa e sustenta historicamente no campo discursivo. Esse lugar se constitui por meio de discursos que se apresentam como se não fossem

ideológicos, como se apenas descrevessem o mundo. A grande mídia enuncia como quem mostra, recobrando com aparência de evidência aquilo que, na verdade, é construído no interior de disputas de sentidos.

Um dos principais efeitos produzidos por esse lugar é a ilusão de transparência da linguagem. Ao afirmar que apenas relata os fatos, o jornalismo hegemônico apaga a opacidade da língua e as condições discursivas de produção do que diz. O que aparece como imparcialidade ou objetividade é, na verdade, o resultado de um gesto discursivo que naturaliza determinadas interpretações, desautorizando outras. Essa relação com a linguagem sustenta a constituição de uma autoridade enunciativa que, ao mesmo tempo em que diz, define o que deve ser dito, como deve ser dito e o que deve ser silenciado.

Não importa se somos leitores mais ou menos críticos: muitas vezes, nas leituras diárias e apresentadas, **perdemos de vista este processo histórico de filiações de sentidos e de construção do imaginário**. Acabamos, assim, **seguindo** (ou entrando em discussões infundáveis a favor ou contra) **a direção de sentido proposta pelo jornal de nossa preferência**. Em uma palavra, **se não repetimos uma interpretação**, pelo menos somos “agendados a pensar em determinadas questões ou a **pensar de determinado modo nos fatos colocados em evidência pelo jornal**” (Mariani, 1999, p. 111, aspas da autora e negritos meus).

Nessa perspectiva, a grande mídia pode ser compreendida como um aparato ideológico que interpela os sujeitos e administra os sentidos no espaço social. Trata-se de um dizer que não apenas informa, mas que instala e regula os modos pelos quais os acontecimentos, os sujeitos e as categorias da vida social se tornam legíveis. Por isso, a grande mídia participa ativamente da reprodução de filiações discursivas e ideológicas, funcionando como um dos espaços privilegiados de produção daquilo que se toma como realidade.

Ao se posicionar como fonte legítima do saber público, o discurso jornalístico hegemônico recorta o visível e o dizível. Por meio de seus *enunciados definitórios*, delimita o que é um protesto, quem é o criminoso, quem representa perigo, quem merece crédito. Esses dizeres produzem um efeito de completude, como se fosse possível esgotar o referente nomeado — um efeito que participa da regulação simbólica que determina o que pode circular e o que deve permanecer fora do campo do dizível. Nesse gesto, certas nomeações se estabilizam, ao passo que outras são impedidas de emergir, silenciadas ou marginalizadas.

A eficácia ideológica da transparência da informação **intervém** na construção, dentro do funcionamento discursivo dos jornais, de **interpretações que se apresentam para o leitor com a expressão da realidade**. Embora haja uma rede de filiações de sentidos que a notícia se inscreve, nem sempre, para o leitor, é possível recuperá-la. Ainda nos dias de hoje, **persiste a crença da neutralidade do discurso jornalístico**. Tal ideia está ligada à convicção da transparência da linguagem: **um jornal sério não opina, visa à produção de um discurso isento**, com

uma linguagem-suporte para os fatos que falam por si. Esta crença é falsificável na medida em que a linguagem não é um instrumento de comunicação de informação, como já mencionamos (Mariani, 1999, p. 111-112, *itálico da autora, negritos meus*).

A formulação de Mariani (1999) permite compreender como a transparência da informação se articula, no discurso jornalístico, como um modo de significação ideologicamente eficaz. Quando um jornal se apresenta como se apenas expusesse a realidade, produz um efeito de evidência que sustenta uma forma de leitura naturalizada. Esse gesto discursivo torna possível que o enunciado apareça como se não fosse construído, apagando sua inscrição em filiações de sentido que o atravessam. Ao tomar os fatos como auto evidentes, a linguagem jornalística projeta uma relação direta com a realidade, o que contribui para a circulação de sentidos estabilizados sobre os acontecimentos.

A expressão “jornal sério” convoca uma imagem de credibilidade que se ancora na ideia de uma linguagem transparente, capaz de dar acesso à verdade dos fatos sem intervenção. Esse imaginário se consolida por meio de formas de dizer que se apresentam como desinteressadas, mas que delimitam interpretações possíveis e legitimam certos modos de leitura em detrimento de outros. O discurso jornalístico, nesse funcionamento, organiza o espaço do dizível e do reconhecível. A transparência, nesse contexto, atua como efeito ideológico que sustenta uma forma específica de relação com a linguagem, na qual a interpretação é dissimulada sob a aparência de descrição.

Compreender a grande mídia exige reconhecer o jogo de forças que atravessa sua discursividade. O que se apresenta como informação é, também, um lugar de disputa, onde se decidem os contornos do que será reconhecido como verdade, realidade ou fato. Ao contrário de um campo transparente, a mídia hegemônica é um lugar de memória, de silenciamento e de imposição de sentidos — lugar onde o político se dissimula sob a forma do evidente.

Sobre o *corpus* deste artigo

Os enunciados posicionados na abertura do site *Intercept Brasil* (Figura 1) compõem um gesto de apresentação que já indica, pelo modo como se dizem, uma tomada de posição. Ocupando um espaço de destaque, esses dizeres anunciam o lugar que o portal diz ocupar na disputa por sentidos, convocando o leitor a participar de um projeto que se afirma como desvinculado de interesses publicitários e partidários. Ao se definir *livre e também sem anúncios, sem filtros de leitura, sem dinheiro de políticos ou empresas*, o portal convoca memórias relacionadas à resistência, projetando uma relação de aliança com o leitor e afirmando seu compromisso com formas de dizer que não se submetem às normas reguladoras das grandes mídias.



Figura 1. Enunciados de abertura do site *Intercept Brasil*.

Fonte: <https://www.intercept.com.br/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Esse modo de se apresentar tensiona o que costuma circular com naturalidade nos espaços da grande mídia. Tão natural que dispensa formulação, esse modo de dizer aponta para a interferência de determinadas relações de poder na visibilidade de temas e de posicionamentos. O que se inscreve nesse início não é apenas um *enunciado definitório*, mas uma formulação que desloca a lógica do apagamento e marca a entrada do leitor num campo discursivo constituído pela crítica, pela memória e por filiações discursivas e ideológicas que se opõem às formas estabilizadas de narrar o presente: O jornalismo do Intercept Brasil *é livre*.

SD1. O jornalismo do Intercept Brasil é livre: sem anúncios, sem filtros de leitura, sem dinheiro de políticos ou empresas. Contamos com a sua ajuda para **seguir revelando os segredos dos poderosos**. Apoie o jornalismo corajoso e independente. Doe hoje (Intercept Brasil, 2025, s.p., negritos meus).

Também compõe o *corpus* deste artigo um recorte da aba 150 anos/ Opinião do Estadão/Missão do Estadão, cujo enunciado é: *Defende a liberdade de forma intransigente e não se deixar influenciar pelas pressões e modismos de seu tempo requer coragem. O Estadão é um jornal que diz o que precisa ser dito e defende o que acredita ser o certo. Leia o decálogo* (Figura 2).



Figura 2. Missão do Estadão.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/150-anos/a-missao-do-estadao/?srsltid=AfmBOoqgfZ5T5jKM8j8z2Pg9xRCNiDiTMCJq5Vpc2Jwi-FGNAjWxUJ>. Acesso em: 22 jun. 2025.

Os itens do decálogo dizem do funcionamento do *Jornal Estado de São Paulo* pelo próprio jornal, assim como a abertura do *Intercept Brasil* diz de si. Selecionei para compor o *corpus*, os itens cujos enunciados definem o jornal a partir das seguintes marcas linguísticas: *O jornal é*, *O jornal tem*, *O jornal exerce*, *O jornal defende*, *O jornal acredita* por compreender que essas estruturas sintáticas dizem daquilo que o jornal acredita ser a sua função jornalística. Os enunciados aparecem aqui como sequências discursivas³, do decálogo apenas o enunciado número um⁴ ficou de fora dessa seleção uma vez que não apresentava o que aqui é abordado: os enunciados definitórios: uma forma de dizer que institui uma predicação — como na construção ‘o jornal é’ X. Esse gesto discursivo promove uma distinção entre o objeto nomeado e outros elementos da mesma categoria, marcando, assim, a especificidade que o nome busca atribuir ao que é designado.

A denominação⁵ *decálogo* produz um efeito de sacralização e de doutrina. Ao nomear assim os princípios que sustentam *A missão do Estadão*, o jornal se coloca em um lugar de enunciação que reivindica para si o papel de guardião de valores universais, como a justiça, a prosperidade e a verdade. O uso dessa nomeação inscreve o discurso jornalístico em uma memória religiosa e moralizante, na qual o *decálogo* remete a um conjunto de mandamentos inquestionáveis. Desse modo, o jornal constrói para si uma imagem de permanência e de autoridade ética, como se a sua missão fosse a de iluminar o caminho da nação. O efeito é o de naturalizar a posição do jornal como instância portadora de princípios superiores e incontestáveis, reafirmados cotidianamente como se não houvesse ideologia no gesto de dizer e de definir o que é justo, próspero e verdadeiro para o País.

Na seção 5 deste artigo, *Análise das sequências discursivas*, elenco os nove itens deste *Decálogo* para analisá-los à luz da análise do discurso.

Os enunciados definitórios

Os enunciados definitórios são marcas linguísticas (Mariani, 1996, p. 55) que, segundo a autora, assumem no discurso jornalístico um caráter didático: as explicações têm a forma causa/consequência, aparecem pontuadas com exemplos. A operação de definição faz parte dessa pedagogia institucional jornalística como modo de didatizar as informações (Mariani, 1996, p. 161).

A definição de algo por meio de enunciados definitórios, seja de modo ostensivo ou referencial, implica uma forma enunciativa que articula uma predicação como ‘o jornal é’ X. Com isso, produz-se uma diferenciação entre aquilo que se pretende nomear e outros possíveis pertencentes à mesma categoria, destacando o que aquele nome delimita como específico (Mariani, 1996, p. 162).

³Para Mariani (1998, p. 53), a noção de sequência discursiva, definida por Courtine (1981:25) como ‘sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase’, é fluida o suficiente para viabilizar a depreensão das formulações discursivas (fds), ou seja, de sequências linguísticas nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso).

⁴1. Desde a edição inaugural, ainda como A Província de São Paulo, em 4 de janeiro de 1875, este jornal se apresenta ao País como um patrono da defesa da liberdade e do espírito republicano (*A Missão...*, 2025, s.p.).

⁵As denominações (palavras, expressões ou locuções) compõem um grande bloco de produção de sentidos em relação ao que elas se referem. Denominar não é escolher aleatoriamente designações, é discurso e, como tal, tem história, determinações que permitem tais nomes e/ou impedem outros (Ferrari; Medeiros, 2012).

Se o *Intercept Brasil* é X, significa dizer que outros jornais não o são. O mesmo vale para o *Estadão*: ao definir-se, define também, por oposição, o outro. A definição, portanto, produz um efeito de ilusão referencial e contribui para a institucionalização de que o *Estadão* é X.

Uma definição deve responder à (nem simples) questão: **‘o que é isso?’ Essa resposta deve ser dada de modo a vincular o termo a ser definido à classe ou ordem a que o termo pertence.** Para se definir o termo ‘comunismo’, então, é necessário na ordem do político, pensá-lo enquanto proposta de partidos políticos que, partindo de uma leitura do materialismo dialético, objetivam um sistema social e econômico baseado na propriedade coletiva (Mariani, 1996, p. 163, negritos meus).

Como já mencionamos acima, o uso de definições é um dos aspectos didáticos da imprensa. No caso em análise, as definições, sob a forma de predicções, deslocam o campo da compreensão de uma palavra para uma representação de objeto para o pensamento visivelmente ‘identificável’ no mundo em decorrência de um dizer já dito.

No discurso jornalístico, vai se instaurando uma condução de leitura sobre os meios de comunicação; ou seja, os leitores, ao interpretarem os textos, são levados a construir um certo saber sobre os jornais, tal como são apresentados por esses discursos. Essa orientação se estabelece justamente no trânsito entre diferentes formas de definição, em que se articulam *enunciados definitórios* sustentados por saberes sedimentados na memória discursiva. Simultaneamente, os jornais, ao se colocarem sob o signo da informação, reinscrevem essa memória, atualizando-a e constituindo, com isso, um novo arquivo de referências para os leitores. Assim, no dizer da imprensa, o jornalismo é significado por meio da retomada de uma memória discursiva que remete tanto aos dizeres da própria mídia quanto aos sentidos historicamente estabilizados, fazendo com que o sentido outro seja apreendido nas redes do que já foi dito.

Pode-se observar que a enunciação no jornalismo, atravessada por marcas da memória discursiva, contribui para a sustentação de uma imagem (formação imaginária) relativamente estável que o meio constrói sobre si mesmo. Como mencionado anteriormente, essa possibilidade se dá porque o dizer da imprensa já se inscreve em uma memória que delimita seus modos de dizer. Em outras palavras, nos *enunciados definitórios* — ainda que se reformulem — atua um interdiscurso institucional específico que orienta e limita as possibilidades de dizer.

Deste modo, se **o ato de definir na prática discursiva jornalística tem de fato uma função institucional de caráter didático**, então, do nosso ponto de vista, **essas definições jornalísticas podem ser compreendidas como procedimento de controle intradiscursivo**, funcionando de modo a restringir o processo de produção de sentidos e, ao mesmo tempo, restringir a circulação de quaisquer enunciados sobre os comunistas no todo social (Mariani, 1996, p. 165-166, negritos meus).

Ao transpor para os jornais o que Mariani formula sobre os *enunciados definitórios* relativos aos *comunistas*, pode-se compreender que o gesto de definição, no discurso jornalístico, também exerce uma função de controle intradiscursivo quando se volta para o próprio campo da mídia. Ao definir o que é “o jornal”, quais valores encarna, que lugar ocupa no espaço público, tais *enunciados definitórios* não apenas produzem um reconhecimento regulado do meio por parte dos leitores, como também delimitam quais sentidos podem ou não circular sobre a própria instituição jornalística. Assim, ao invés de se apresentar como espaço de abertura e pluralidade, o discurso jornalístico, ao definir-se, produz um fechamento: torna-se lugar de disciplinamento dos sentidos sobre si, o que impacta diretamente a relação dos sujeitos com o que se entende por informação, imparcialidade ou verdade. A definição, então, é menos um gesto de esclarecimento e mais um gesto de regulação simbólica, que impede que outros sentidos — contraditórios, contestadores ou dissidentes — sobre os jornais se tornem visíveis na cena discursiva.

Tomemos como objeto esse conjunto de definições extraídas do nosso *corpus*. Nenhum dos gestos que ali se inscrevem sob a forma de definição apresenta-se como neutro em sua materialidade; ao contrário, as articulações linguístico-discursivas que sustentam a saturação nominal inscrita na ilusão categorial situam-se no campo do político. O que se produz com os enunciados definitórios é justamente um efeito de fechamento e totalidade. Desse modo, a construção de referentes discursivos por meio da articulação entre nome e adjetivo (N + ADJ) será aqui compreendida como efeito de uma imposição ideológica que leva o enunciatador a compor expressões saturadas, a fim de circunscrever a extensão e a referência atual desses nomes. É nesse movimento que certas expressões nominais passam a ser aptas a ocupar o lugar reservado no intradiscorso dos enunciados definitórios aqui examinados (Moura, 2023).

Análise das sequências discursivas

É possível compreender a SD1 como um enunciado definitório que articula um gesto de delimitação simbólica. Esse dizer se apresenta como constitutivo de um lugar discursivo distinto daquele que se atribui à grande mídia. Ao afirmar “o jornalismo do *Intercept Brasil* é livre”, constrói-se uma predicação que não apenas define a identidade do portal, mas também diferencia e distancia essa identidade de outras formas de jornalismo associadas à dependência financeira de anunciantes, filtros editoriais e vínculos político-empresariais.

SD1. O jornalismo do Intercept Brasil é livre: sem anúncios, sem filtros de leitura, sem dinheiro de políticos ou empresas. Contamos com a sua ajuda para **seguir revelando os segredos dos poderosos**. Apoie o jornalismo corajoso e independente. Doe hoje (Intercept Brasil, 2025, s.p., negritos meus).

Esse enunciado definitório não funciona apenas como autodefinição institucional, mas também como modo de interpelação do leitor, convocado a tomar parte em um projeto discursivo que se apresenta como desvinculado das regularizações impostas pelas mídias hegemônicas. O que se diz sobre o *Intercept* é, ao mesmo tempo, o que se exclui como possibilidade para os demais jornais: um gesto que, como analisa Mariani (1996), participa de uma pedagogia institucional que disciplina os sentidos possíveis sobre o que é jornalismo, sobre quem pode dizer, e sob quais condições essa enunciação se torna legítima.

SD1 se constitui como uma enunciação de resistência, inscrita em uma formação discursiva que tensiona a lógica do jornalismo corporativo. Ao afirmar-se *livre: sem anúncios, sem filtros de leitura, sem dinheiro de políticos ou empresas*, o enunciado produz um efeito de separação — uma fronteira simbólica — em relação ao discurso do jornalismo tradicional, associado à dependência econômica e à subordinação ideológica ao capital e ao poder político. Esse dizer organiza-se a partir de um imaginário de independência que projeta o sujeito-leitor como cúmplice da causa, interpelando-o a participar da sustentação do projeto, o que se explicita no *Doe hoje*.

A sequência também rearticula a relação entre jornalismo e verdade, deslocando-a do campo da imparcialidade (própria do discurso hegemônico) para o da *coragem* e do *comprometimento*. Ao nomear seu jornalismo como *corajoso e independente*, o *Intercept* constrói uma posição-sujeito que se contrapõe ao jornalista neutro e objetivo, fazendo emergir um dizer marcado pela denúncia e pela ética da exposição. Essa posição se ancora na memória do jornalismo de resistência e de denúncia, que historicamente se configurou como um gesto político de enfrentamento diante do poder e da censura.

Há, nesse enunciado, uma memória de luta e transparência que ressignifica o papel do leitor: ele deixa de ser um consumidor passivo de notícias para tornar-se um agente da manutenção de um discurso alternativo. O apelo à doação materializa uma prática de solidariedade discursiva, em que o apoio financeiro não é apenas uma contribuição econômica, mas um gesto simbólico de pertencimento e identificação a uma comunidade de sujeitos que compartilham uma mesma filiação ideológica — aquela que aposta em uma comunicação livre do capital e em um jornalismo comprometido com a exposição das relações de poder.

Assim, essa SD inscreve o *Intercept Brasil* em uma formação imaginária de jornalismo de resistência, em que o *livre* e o *corajoso* não são apenas denominações de autodefinição, mas marcas discursivas de uma posição ideológica. Trata-se de um enunciado que mobiliza a história do jornalismo alternativo e dos meios de denúncia, reinscrevendo-a no digital, onde a visibilidade, o engajamento e a circulação tornam-se novas formas de disputa política e simbólica.

As demais sequências discursivas (da SD2 a SD10) apresentadas compõem um conjunto articulado de enunciados definitórios que procuram estabilizar uma imagem (formação imaginária) do jornal *Estado de São Paulo - Estadão* como instituição portadora de legitimidade política, moral e histórica. A SD2 inaugura esse gesto de definição ao inscrever o jornal numa memória política e econômica associada ao liberalismo. Ao reivindicar uma “alma liberal”, o enunciado convoca valores historicamente estabilizados e se inscreve numa posição discursiva que busca garantir autoridade sobre o modo de dizer o país.

SD2. O *Estadão* é um jornal de alma liberal, valorizando a liberdade individual, o empreendedorismo, a propriedade privada, a igualdade perante a lei e a limitação do poder estatal. Para tanto, a liberdade de imprensa é um imperativo, uma vez que o poder estatal sem a devida fiscalização de uma imprensa livre e independente tende a ser arbitrário e corrupto (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

Esse gesto de legitimação se prolonga em SD3, onde o apagamento da historicidade é fundamental para naturalizar a identidade do jornal como independente e apartidário. A definição funciona como um efeito de memória que desativa contradições e inscreve o jornal em uma temporalidade contínua, imune às disputas e mudanças que marcam a história política brasileira.

Tanto a SD1 quanto a SD2 fazem uso das denominações *livre* e *independente* mas não compartilham o mesmo sentido, ainda que mobilizem os mesmos significantes. Essas palavras se inscrevem em formações discursivas que se opõem, produzindo efeitos distintos no modo como cada meio de comunicação se representa e se legitima. No *Estadão*, tais denominações se sustentam em uma memória de autoridade e tradição, vinculadas a um imaginário de objetividade e racionalidade jornalística. O *livre* e o *independente* são tomados como garantias da credibilidade e da permanência do jornal, que se coloca em uma posição de neutralidade e universalidade diante dos acontecimentos.

No *Intercept Brasil*, as mesmas denominações se filiam a um imaginário de resistência e denúncia, em que a liberdade se associa à recusa das relações de dependência econômica e política que caracterizam o jornalismo empresarial. A independência, nesse caso, não se refere à distância dos fatos ou à imparcialidade, mas à tomada de posição diante do poder e das desigualdades que atravessam a sociedade. O dizer sobre si se constrói a partir de uma posição que rompe com a lógica hegemônica da grande mídia e propõe outra relação com a informação e com o leitor, convocado à sustentação de um projeto coletivo e crítico.

Essas duas filiações discursivas tornam visível uma homonímia ideológica, pois o mesmo vocabulário é atravessado por memórias diferentes e, portanto, por sentidos incompatíveis. No *Estadão*, a liberdade é significada como estabilidade e legitimidade institucional; no *Intercept*, como enfrentamento e gesto político. A *coincidência* é lexical, ela encobre,

assim, a distância entre dois modos de inscrição na história do jornalismo: um que se ancora na ordem e na representação da verdade, e outro que se funda no dissenso e na desnaturalização dessa verdade.

A disputa pelos sentidos de *livre* e *independente* nos mostra o confronto entre duas posições no espaço discursivo do jornalismo contemporâneo. De um lado, a grande mídia busca reafirmar sua autoridade por meio de um imaginário de transparência e isenção; de outro, o jornalismo alternativo reinscreve essas mesmas palavras na direção de uma intervenção política, marcada pelo compromisso com o dizer que incomoda e expõe. Assim, o uso dos mesmos significantes por meios distintos não produz equivalência, mas delimita o campo das diferenças ideológicas que atravessam a própria definição do que é fazer jornalismo.

SD3. O *Estadão* é desde sempre um jornal independente e apartidário, condição que lhe permite estar “em posição de escapar às interposições do governo, às paixões partidárias, e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder”, como se lê em seu editorial inaugural. (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito e aspas do jornal e itálicos meus).

A SD3 reinscreve o *Estadão* em uma posição discursiva de autoridade e permanência, sustentada em um imaginário de neutralidade e universalidade. O dizer *desde sempre* produz um efeito de continuidade que naturaliza a independência como traço constitutivo do jornal, apagando as condições históricas e ideológicas de sua constituição. Essa formulação inscreve o meio de comunicação em uma narrativa de origem que o apresenta como guardião da verdade e da razão pública, anterior e exterior às disputas políticas. Ao recorrer novamente às denominações *independente* e *apartidário*, o jornal ocupa simbolicamente o lugar de quem observa, julga e esclarece, como se pudesse falar a partir de um ponto de vista desinteressado.

A citação do editorial inaugural, ao ser retomada como autoridade fundadora, reforça a construção de uma memória institucional que legitima o *Estadão* no presente. O gesto de remeter ao próprio passado funciona como garantia de autenticidade e estabilidade, sustentando a ideia de que seu modo de dizer é o mesmo ao longo do tempo. A referência à capacidade de *escapar às interposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder* consolida o efeito de imparcialidade, como se o jornal pudesse se situar fora das determinações históricas e ideológicas.

Essa enunciação, porém, se ancora em uma formação discursiva hegemônica que associa o jornalismo à racionalidade, à objetividade e ao ideal de representação fiel da realidade. A pretensão de escapar às paixões e aos interesses políticos constitui-se como uma forma de apagamento da própria inscrição ideológica do discurso jornalístico. O *Estadão* produz, assim, um efeito de transparência da linguagem, em que o sujeito que enuncia se apresenta como mediador neutro entre o mundo e o leitor.

A SD3, portanto, reinscreve um imaginário que sustenta a grande mídia: o de um jornalismo que se autodefine como imparcial e universal, e que, ao fazê-lo, reafirma sua autoridade discursiva e o poder de dizer sobre os outros. Ao se colocar como aquele que *escapa* às paixões e aos poderes, o jornal reafirma o lugar de quem se julga acima do conflito, produzindo o efeito de que apenas ele pode falar em nome da verdade e do interesse público.

SD4. O *Estadão* *exerce constante vigilância sobre o exercício do poder*, que deve ser direcionado para o bem comum, e não para o benefício de oligarquias. Nesse sentido, o jornal *é intransigente defensor do equilíbrio entre os Poderes da República e do princípio federativo* (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

SD5. Defender a liberdade de forma intransigente e não se deixar influenciar pelas pressões e modismos de seu tempo requer coragem. O *Estadão* *é um jornal que diz o que precisa ser dito e defende o que acredita ser o certo*. Não é por outra razão que, há 150 anos, o *Estadão* *é a consciência crítica de seu tempo* (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

As SD4 e SD5 ampliam o imaginário construído nas sequências anteriores, reafirmando o *Estadão* como sujeito enunciador investido de autoridade moral e política. Ambas se articulam a uma memória discursiva da imprensa como instância vigilante, racional e reguladora da vida pública, e projetam o jornal como guardião da verdade e do bem comum. O enunciado *exerce constante vigilância sobre o exercício do poder* (SD4) reinscreve a posição de superioridade simbólica do jornal, que se autoriza a fiscalizar e corrigir o agir político. O discurso sobre o *bem comum* e a oposição às *oligarquias* atualizam o velho imaginário liberal de neutralidade, em que o jornal se coloca acima das disputas e dos interesses particulares, representando-se como portador de uma verdade universal.

Na SD5, o dizer *defender a liberdade de forma intransigente* reforça a filiação a uma formação discursiva que associa o jornalismo à coragem e à missão civilizatória. A noção de *consciência crítica de seu tempo* prolonga o efeito de continuidade já presente em *desde sempre* (SD3), consolidando o *Estadão* como sujeito coletivo que atravessa a história e fala em nome de uma razão que se quer permanente. Essa construção enunciativa reafirma a imagem de uma imprensa que não apenas observa, mas define o que deve ser dito e o que é considerado o certo. O *diz o que precisa ser dito* sustenta um efeito de obrigatoriedade moral, em que o dizer se apresenta como dever histórico e não como tomada de posição ideológica.

Comparando as paráfrases, observa-se que as SD3, SD4 e SD5 compõem uma rede de enunciados que se retomam e se sustentam mutuamente, produzindo uma autorreferencialidade que reforça o ethos institucional do jornal como instância legítima de enunciação. Há uma repetição de formas que reatualizam um mesmo dizer: o *independente*

e *apartidário* (SD3) se projeta como *vigilância constante sobre o poder* (SD4) e culmina na *consciência crítica de seu tempo* (SD5). Essa sequência de paráfrases não introduz rupturas, mas regularidades que naturalizam a imagem do *Estadão* como mediador neutro entre o poder e a sociedade, apagando o lugar ideológico de onde fala.

Em relação às SDs anteriores, provenientes do *Intercept Brasil*, percebe-se um movimento de oposição que evidencia a heterogeneidade constitutiva do campo jornalístico. Enquanto o *Intercept* se inscreve em uma memória da resistência, do enfrentamento e da denúncia, o *Estadão* atualiza uma memória de tutela e vigilância moral. No primeiro, a liberdade se associa à recusa do poder; no segundo, à sua administração. As paráfrases do *Estadão* constroem um dizer que se quer unívoco, coeso e atemporal; as do *Intercept* abrem espaço para um dizer atravessado pela tensão entre engajamento e crítica. Essa diferença produz o contraste entre dois imaginários: o da grande mídia, que se institui como consciência da nação, e o da mídia alternativa, que se constrói como espaço de dissenso e resistência simbólica.

SD6. O *Estadão* *tem lado*: jamais abrigará em suas páginas opiniões que atentem contra seus princípios democráticos e republicanos (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

SD7. Este jornal *é uma tribuna inabalável de defesa da democracia contra o populismo*, a demagogia, o extremismo e todas as formas de autoritarismo. Nos momentos de sua história sesquicentenária em que seus valores foram desafiados pela força dos poderosos de turno, o *Estadão* se manteve aferrado a seus princípios fundadores, não raro pagando um alto preço pela independência. (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

As SD6 e SD7 prolongam o processo de autodefinição do *Estadão* iniciado nas sequências anteriores, reafirmando um lugar de enunciação que se pretende guardião da democracia e da razão pública. Na SD6, o enunciado *O Estadão tem lado* introduz, em aparência, uma inflexão em relação ao imaginário da neutralidade. Contudo, esse movimento não rompe com a formação discursiva anterior: o *lado* é imediatamente delimitado por *princípios democráticos e republicanos*, o que reinscreve o jornal em um lugar de autoridade moral e de controle do discurso político. A formulação produz um efeito de transparência, como se esses princípios fossem universais e não historicamente situados. Assim, o dizer se apresenta como defesa da democracia, mas opera na fixação de um sentido único do que é democrático, silenciando a pluralidade de interpretações possíveis.

A SD7 reforça esse gesto, ampliando-o pela inscrição do jornal em uma narrativa heroica. Ao se dizer *tribuna inabalável de defesa da democracia contra o populismo, a demagogia, o extremismo e todas as formas de autoritarismo*, o *Estadão* reafirma uma posição discursiva que separa razão e emoção, verdade e engano, democracia e ameaça. O jornal se

coloca como sujeito coletivo capaz de resistir à pressão dos “poderosos de turno”, sustentando uma memória de coerência e sacrifício, em que a *independência* é apresentada como virtude atemporal. O dizer *pagando um alto preço* reforça a construção de uma identidade heroica e martirizada, que legitima a autoridade de quem fala como se ocupasse o lugar da consciência da nação.

As duas sequências produzem, portanto, uma continuidade no imaginário que o *Estadão* vem reiterando desde as SD3, SD4 e SD5: o jornal como sujeito que observa, julga e corrige o poder. A diferença é que agora esse poder é nomeado e combatido por meio de uma oposição simbólica entre o que o jornal chama de *democracia* e o que classifica como *populismo* e *extremismo*. O resultado é uma delimitação do que pode ou não ser dito, uma forma de exclusão discursiva que reafirma a autoridade do jornal em definir o campo do legítimo e do ilegítimo.

Em relação às SDs do *Intercept Brasil*, o contraste se intensifica. Enquanto o *Intercept* se apresenta como jornal que rompe com o poder e denuncia suas engrenagens, o *Estadão* se coloca como instituição que protege a ordem e preserva o equilíbrio. No *Intercept*, a liberdade é gesto político de resistência; no *Estadão*, é valor moral que garante a manutenção de uma verdade regulada. Essa oposição mostra que, embora ambos os meios reivindiquem a defesa da democracia, o fazem a partir de formações discursivas distintas: uma que se inscreve na crítica e no dissenso, e outra que se ancora na autoridade e na tutela do dizer.

SD8. O *Estadão* é um jornal irredutivelmente apegado ao regime da lei, em particular ao princípio republicano fundamental: a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Não há democracia sem respeito às leis (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

SD9. O *Estadão* defende que o Brasil se torne um país mais próspero e justo por meio de políticas públicas destinadas a mitigar a brutal desigualdade socioeconômica que insiste em dividir os brasileiros entre cidadãos de primeira e de segunda classe. O desenvolvimento virá de ações – públicas e privadas – que promovam crescimento econômico sustentado e ambientalmente responsável (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

As SD8 e SD9 reiteram o movimento de autolegitimação do *Estadão*, reinscrevendo-o em um imaginário de racionalidade, moralidade e universalidade do discurso liberal. A SD8, ao afirmar que o jornal é *irredutivelmente apegado ao regime da lei*, reforça a representação de uma instituição que se ancora no direito e na norma como fundamentos da democracia. A denominação *irredutivelmente* produz um efeito de firmeza e inquestionabilidade, conferindo ao jornal uma posição de guardião da ordem e do cumprimento das regras. Ao sustentar que *não há democracia sem respeito às leis*, o dizer apaga a dimensão histórica e ideológica do próprio conceito de lei, como se esta fosse alheia às relações de poder que a instituem. Assim, o jornal reafirma um lugar de autoridade

e de vigilância, em que a legalidade se confunde com moralidade e racionalidade.

Na SD9, essa mesma posição se prolonga em um tom de conciliação social, em que o jornal se apresenta como mediador entre os interesses coletivos e as instituições políticas e econômicas. O *Estadão* defende que o Brasil se torne um país mais próspero e justo reinscreve a imagem do jornal como sujeito que orienta a nação, definindo o caminho legítimo para o progresso. A referência à *brutal desigualdade socioeconômica* funciona como elemento de consenso, que reafirma o ideal de equilíbrio social sem questionar as bases estruturais da desigualdade. Ao propor *ações públicas e privadas* como solução, o discurso reforça uma lógica de complementaridade entre Estado e mercado, típica de uma formação discursiva liberal que naturaliza a economia de mercado como horizonte inquestionável de desenvolvimento.

Essas duas sequências, portanto, reiteram o imaginário de um jornalismo que se coloca como voz da razão e da moderação. A lei, a justiça e o equilíbrio aparecem como valores universais, não como posições políticas, o que apaga as condições ideológicas que sustentam esses dizeres. O *Estadão* se apresenta, assim, como mediador entre o poder e a sociedade, em nome de uma verdade que se quer neutra, mas que se inscreve em uma memória de autoridade e tutela.

Comparadas às sequências anteriores, as SD8 e SD9 reforçam a continuidade do discurso institucional do jornal, que se representa como consciência do país e intérprete legítimo dos princípios democráticos. Em contraste com o *Intercept Brasil*, essas formulações evidenciam a distância entre dois modos de significar o papel do jornalismo: enquanto o *Intercept* se filia a uma memória de enfrentamento e resistência, o *Estadão* reafirma sua filiação à ordem, à estabilidade e à preservação da legalidade. Trata-se de dois modos distintos de dizer a democracia: um que a inscreve no dissenso e na denúncia, e outro que a toma como forma de conservação e controle.

SD10. O *Estadão* acredita que a responsabilidade fiscal e a impessoalidade na administração pública são o único caminho para a construção de um Estado que seja eficiente, nem grande nem mínimo, isto é, apto a atender às necessidades mínimas dos cidadãos para uma vida digna, com o manejo racional e transparente dos recursos públicos (O Estado de São Paulo, 2025, s.p., negrito do jornal e itálicos meus).

Por fim, SD10 fecha esse conjunto com a produção de um efeito de universalização. Essa SD prolonga a rede de enunciados anteriores e reafirma a posição discursiva do *Estadão* como representante de uma racionalidade econômica e política que se pretende universal. Ao afirmar que a *responsabilidade fiscal e a impessoalidade na administração pública* são o *único caminho* para a construção de um *Estado eficiente*, o jornal reinscreve-se em uma formação discursiva liberal, marcada pela valorização da técnica, da gestão e da racionalidade administrativa como princípios

reguladores da vida pública. O enunciado *único caminho* produz um efeito de fechamento dos sentidos, ao eliminar a possibilidade de outras formas de organização política e econômica. Essa formulação apaga o conflito e o dissenso que caracterizam o espaço democrático, instaurando uma verdade única sobre o funcionamento legítimo do Estado.

O enunciado *nem grande nem mínimo* expressa a tentativa de equilibrar posições, mas, discursivamente, mantém a marca da moderação típica do imaginário liberal. A ideia de um Estado “eficiente”, “racional” e “transparente” inscreve-se em uma memória de modernização e gestão que desloca o político para o campo da técnica. *O Estado de São Paulo* aparece desideologizado, como se a administração pudesse ser neutra e o manejo dos recursos públicos, uma questão de competência e não de disputa por projetos de sociedade. Nesse dizer, a impessoalidade se confunde com imparcialidade, e a responsabilidade fiscal assume o lugar de princípio moral.

A formulação também reinscreve o *Estadão* na posição de sujeito que orienta o caminho correto da nação, ao definir o que é um Estado desejável e o que deve ser evitado. Essa postura reforça o imaginário de tutela, já presente em SDs anteriores, em que o jornal se representa como mediador legítimo entre o poder e o cidadão. A referência à *vida digna* dos cidadãos funciona como ponto de consenso discursivo: ela é mobilizada como finalidade universal, apagando, no entanto, as contradições sociais e ideológicas que determinam o acesso a essa dignidade.

Em relação ao conjunto de sequências analisadas, a SD10 cumpre o papel de fechamento do percurso discursivo do *Estadão*, no qual o jornal se diz como instituição guardiã da lei, da razão e do equilíbrio. Ao apresentar sua visão sobre o Estado e a administração pública, o jornal não apenas se posiciona, mas produz um efeito de universalização de seu próprio ponto de vista. Essa universalização sustenta a ilusão de um discurso acima das ideologias, quando, na verdade, o que se materializa é a inscrição em uma formação discursiva que privilegia a ordem, a racionalidade e o consenso, valores que asseguram a permanência do próprio poder de dizer da grande imprensa.

Considerações finais

As análises das sequências discursivas permitem compreender que os enunciados definitórios são gestos de delimitação simbólica que produzem efeitos de estabilização dos sentidos sobre o jornalismo e sua legitimidade no espaço público. Ao dizer de si, o jornal também produz fronteiras, organiza posições e define o campo do que pode ou não ser dito. Tanto o *Estadão* quanto o *Intercept Brasil* mobilizam esse tipo de enunciação como forma de inscrição institucional e política. Contudo, a diferença entre as filiações discursivas que os atravessam nos mostra que a definição de si é também um modo de disputar o poder de significar o presente.

No *Estadão*, as formulações analisadas reinscrevem o jornal em uma formação discursiva vinculada ao liberalismo e à racionalidade administrativa, em que valores como *liberdade*, *lei* e *equilíbrio* são apresentados como universais. O jornal se coloca em um lugar de autoridade moral e de mediação entre o poder e a sociedade, sustentando o imaginário de que é possível observar o mundo a partir de um ponto de vista atemporal. Essa posição se materializa em enunciados que projetam uma continuidade histórica e um efeito de verdade. O gesto de definir-se como *independente* e *apartidário* constitui uma representação de transparência e objetividade que apaga as contradições e as disputas que atravessam o dizer jornalístico.

O *Intercept Brasil* se produz em outro lugar discursivo, sustentado por uma memória de resistência e enfrentamento. Ao afirmar-se *livre* e *independente*, o portal desloca os sentidos estabilizados desses termos e reinscreve-os como gesto político. O dizer se ancora em um imaginário de denúncia e de desobediência à ordem instituída, colocando em circulação enunciados que assumem a língua como espaço de conflito e de disputa. O leitor é convocado à implicação, não como destinatário, mas como sujeito que participa da sustentação de um projeto discursivo. A relação com a linguagem é marcada pela exposição das marcas de enunciação e pela recusa da neutralidade como valor.

A comparação entre os dois meios mostra que as mesmas denominações não produzem equivalência de sentidos. *Livre* e *independente* significam, no *Estadão*, estabilidade e credibilidade; no *Intercept Brasil*, enfrentamento e deslocamento. Isso mostra que o sentido das palavras se produz nas formações discursivas às quais os jornais se filiam. Cada jornal reinscreve as mesmas denominações a partir de imaginários e posições outras, o que nos indica o modo como o campo midiático é atravessado por disputas simbólicas e políticas.

O conjunto das análises nos diz que o jornalismo, ao definir-se, administra sentidos sobre si e sobre o mundo. No *Estadão*, a definição se apresenta como gesto de conservação e continuidade; no *Intercept Brasil*, como gesto de ruptura e de resistência. As duas posições nos mostram a tensão entre o discurso que regula e o discurso que desestabiliza. No primeiro caso, o jornal se diz guardião da ordem e da razão; no segundo, o dizer se funda na desnaturalização das formas de poder e na abertura de espaço para o dissenso. Trata-se, portanto, de duas formas de inscrição ideológica que disputam o mesmo território: o direito de dizer o país, a democracia e o presente.

Os enunciados definitórios, ao produzirem efeitos de fechamento e de universalização, mostram que a definição é um gesto político. Definir é tomar posição, é inscrever-se em uma história e em uma memória que legitimam determinadas interpretações e interditam outras. No *Estadão*, o gesto de definir se alinha à preservação da ordem discursiva hegemônica; no *Intercept Brasil*, ao gesto de resistência que reinscreve sentidos interditados. Essa diferença indica que o jornalismo não se reduz

a uma prática de informação, mas a um espaço de produção de sentidos em disputa. A análise do discurso, nesse contexto, permite compreender como os dizeres se estabilizam, como se renovam e como os sujeitos são interpelados a ocupar determinados lugares na linguagem e na história.

Referências

A MISSÃO do 'Estadão'. *O Estado de São Paulo*, 4 jan. 2025. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/150-anos/a-missao-do-estadao/?srsltid=AfmBOoqgfZ5T5jKM8j8z2Pgre9xRCNiDiTMCJq5Vpc2Jwi-FGNAjWxUJ>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FERRARI, Alexandre; MEDEIROS, Vanessa. Na história de um gentílico, a tensa inscrição do ofício. *Revista da Anpoll*, v. 1, n. 32, 2012.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (coord.). *Termos do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

INDURSKY, Freda. O momento político brasileiro e sua discursivização em diferentes espaços midiáticos. In: FLORES, Giovanna Benedetto *et al.* (org.). *Análise de discurso em rede: cultura e mídia*. Campinas: Pontes, 2017. v. 3. p. 73-87.

INTERCEPT Brasil. Intercept, 2026. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARIANI, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais*. Campinas, Rio de Janeiro: Revan & Ed. da Unicamp, 1998.

MARIANI, Bethania. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: A Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999. p. 102-130.

MARIANI, Bethania. Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise. *Polifonia*, Cuiabá, v. 12, n. 1, p. 21-45, 2006. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/1078>. Acesso em: 17 maio 2025.

MOURA, Iago. Um gesto de leitura na discursividade do objeto constituição. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 1500-1528, jul./set. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2022/60544>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. Tradução de Eni Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 61-161.

SOARES, Alexandre Ferrari. Sentidos em disputa na arena midiática: o discurso jornalístico digital alternativo como resistência e inscrição de memórias do futuro. *Revista Gestadi*, v. 1, n. 4, p. 1-17, 2025.

Definitional statements and the dispute in the media arena: alternative digital journalistic discourse as resistance

Abstract

this article analyzes, based on materialist discourse analysis, the defining statements present in the institutional presentation of two newspapers – Estadão and Intercept Brasil – with the aim of understanding the ways in which these media outlets engage in the symbolic dispute for legitimacy in the media field. In the case of the newspaper Estado de São Paulo (Estadão), we observe the mobilization of a stabilized political memory that projects effects of transparency and neutrality, erasing the marks of its own enunciative position. Intercept Brasil, on the other hand, assumes a position of enunciation marked by the memory of confrontation and by production conditions that favor the circulation of meanings prohibited by traditional media. The work proposes that defining statements, by saying what a newspaper “is,” “does,” or “defends,” participate in a process of fixing meanings and delimiting what can and cannot be said in the public space. Contrary to the gesture of clarification that they appear to be, these statements operate as gestures of symbolic regulation that inscribe ideological disputes in the forms of expression of contemporary journalism.

Keywords: *alternative and digital journalistic discourse; definitional enunciations; materialist discourse analysis; hegemonic media.*